

CONTAG: DISTANTES ABORDAGENS E BASE SOCIAL

CAROLINA RAMOS*

No final dos anos de 1970, intensificaram-se, no Brasil, movimentos sociais que criticavam a estrutura sindical corporativista, implementada a partir da década de 1930. Trabalhadores envolvidos nas greves do ABC paulista e outros setores da sociedade civil questionavam a atuação dos sindicatos oficiais e sua tutela ao Ministério do Trabalho, propondo novas formas de ação na luta pelas reivindicações da classe trabalhadora. Tais ideias e práticas foram denominadas de *novo sindicalismo*. Comumente relacionadas a movimentos grevistas de setores médios e industriais do meio urbano, as críticas à estrutura sindical corporativista igualmente se fizeram presentes em áreas rurais não só através do surgimento de outros movimentos sociais no campo – como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – como através de estudos acerca das possibilidades e limitações concernentes às formas de representação do sindicalismo oficial.

O presente trabalho pretende analisar alguns estudos acerca da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), representante oficial dos trabalhadores rurais em caráter nacional. Intenta-se averiguar quais as principais assertivas a respeito da atuação da agremiação ao longo da ditadura militar (1964-1985), sinalizando também como proponho desenvolver esta temática em tese de doutorado.

A CONTAG foi fundada em janeiro de 1964 e seguia as diretrizes do Estatuto do Trabalhador Rural, que estabelecia, para o campo, normas similares às conferidas para os sindicatos corporativistas urbanos, criados durante o governo Vargas. Desta forma, todos os sindicatos filiados à CONTAG deveriam ser registrados no Ministério do Trabalho e as eleições para a composição de seu quadro dirigente seriam reguladas e fiscalizadas pelo governo, que poderia, a qualquer momento, intervir neste órgão. A primeira diretoria da CONTAG foi eleita em dezembro de 1963 e seus membros pertenciam ao Partido Comunista Brasileiro ou a setores mais combativos da Igreja Católica, como a Ação Popular (AP) e a Juventude Universitária Católica (JUC). A formação desta direção representou, à época, a derrota do sindicalismo ligado aos

* Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense.

Círculos Operários Cristãos – de caráter nitidamente anticomunista. Todavia, com a eclosão do golpe, a CONTAG sofreu imediata intervenção e seus dirigentes foram presos e/ou reprimidos¹.

Três interventores assumiram o comando da CONTAG, todos ligados aos Círculos Operários Cristãos, com destaque para José Rotta, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo e indicado diretamente pelo Ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, sob orientação da alta hierarquia da Igreja Católica². Ademais, durante o período de intervenção – de abril de 1964 a janeiro de 1965 – a CONTAG funcionou em sala cedida pela Confederação dos Círculos Operários Cristãos, no Rio de Janeiro.

Em inícios de 1965, houve eleições para a diretoria da CONTAG. Concorria uma única chapa em que os sete representantes das federações presentes na Assembleia votaram, não havendo votos brancos ou nulos³. Esta nova gestão igualmente guardava estreitos laços com os Círculos Operários Católicos, visto que José Rotta permaneceu como presidente da agremiação e Agostinho Neto como secretário. Nobor Bito, José Lázaro Dumont e Euclides do Nascimento, integrantes da diretoria executiva, também eram ligados aos Círculos. Em 1967, ocorreram novamente eleições para a direção da Confederação, em que disputaram duas chapas, uma liderada por José Rotta e outra liderada por José Francisco da Silva, então secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). Onze federações participaram desta escolha e, por diferença de apenas um voto, a chapa conduzida pelo líder pernambucano venceu. José Francisco da Silva manteve-se como presidente da CONTAG durante vinte anos, assim como boa parte dos dirigentes permaneceu nos quadros da agremiação ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Dentre os estudos acerca da CONTAG, destaca-se o caráter precursor do trabalho de Luzia Pinto (1978). Este visa analisar a atuação da CONTAG entre 1964 e 1976, enfatizando o caráter contraditório desta agremiação por se constituir ao mesmo

¹ Lyndolpho Silva foi destituído da presidência, teve seus direitos políticos cassados por dez anos e, por orientação do PCB, deixou o país em 1973. O vice-presidente, Manoel Gonçalo, e o secretário geral, Sebastião Lourenço, foram presos. José Gomes Novaes, José Leandro Bezerra e Nestor Veras passaram a viver na clandestinidade, tendo o último sido preso e desaparecido a partir de 1975.

² Os outros interventores eram Agostinho Neto e Ambrósio Ivo Aureliano.

³ *Ata dos trabalhadores eleitores da eleição de 1965*. 14/5/1965, 2 fls. Documento retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, em 15 de abril de 2010.

tempo em órgão de representação de classe e em órgão de colaboração junto aos Poderes Públicos. Ademais, de acordo com a autora, a CONTAG possuiria igualmente contradições internas por abarcar, em sua esfera de representação, diferentes categorias sociais (arrendatários, parceiros, posseiros, assalariados e pequenos proprietários rurais), dotadas de distintas reivindicações. Para averiguar como CONTAG operou com estas contradições – intrínsecas, de acordo com a autora, à legislação sindical –, Luzia Pinto aborda as principais campanhas feitas pela entidade durante o período estudado.

Luzia Pinto conclui que as ações da CONTAG seriam determinadas primordialmente por seu enquadramento sindical e pela conjuntura política vivida no país, praticamente inexistindo alternativas aos seus posicionamentos. Embora argumente que não é possível conceber uma forma “pura” de orientação da CONTAG, engendra-se uma visão um tanto dicotômica da atuação da agremiação, afirmando que esta se colocava ora a favor do trabalhador rural (quando adotava uma postura mais combativa e crítica em relação ao governo), ora contra este (quando enfatizava seu papel de colaboradora junto aos poderes públicos), sendo tais condutas definidas a partir do contexto político existente.

O trabalho de Leonilde Medeiros (1989) não enfoca apenas o estudo sobre a CONTAG, mas sobre demais organizações de trabalhadores rurais desde 1945 até o limiar da *Nova República*. Embora predomine a assertiva de que a CONTAG encontrava-se limitada à legislação sindical e ao contexto repressor – adotando primordialmente uma conduta legalista –, a autora analisa mais detidamente a interlocução que esta agremiação estabeleceu com os movimentos sociais surgidos no campo em meados dos anos de 1970, como a Comissão Pastoral da Terra. Constatam-se distintos posicionamentos entre estas diferentes esferas de representação uma vez que a CONTAG privilegiava em sua conduta o encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores rurais via normas institucionais enquanto novas organizações sociais questionavam os limites dos parâmetros legais vigentes, estimulando outras formas de pressão coletiva, como acampamentos e ocupações de terras.

Já a abordagem de Moacir Palmeira (1985) – tecida, segundo o próprio autor, com base em seu trabalho no Programa de Pós Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional e na sua atuação enquanto assessor da CONTAG – destaca a importância da existência de uma legislação que assegure a presença dos sindicatos no

meio rural, a despeito de suas várias limitações. Isto porque se consagra a emergência de um novo mediador para os trabalhadores rurais, deslegitimando o poder unívoco dos grandes proprietários, predominante nas relações sociais do campo até inícios dos anos de 1960. O autor afirma ainda que o estabelecimento do sindicalismo corporativista no campo não se operou sob o estrito domínio do controle estatal, tal como ocorrido no meio urbano durante o governo Vargas, e, sim, mediante a conflitos entre setores da Igreja e o PCB pela hegemonia na direção do órgão de representação oficial dos trabalhadores rurais. De acordo com o autor, esta especificidade evitou a presença de “pelegos” na CONTAG. Ademais, alega que durante a ditadura militar, a agremiação não deixou de ter uma postura combativa, sobretudo a partir de 1968, quando a nova diretoria assume a Confederação. Afirma ainda que de 1968 a 1971 – período caracterizado como de grande repressão e de refluxo de reivindicações sociais no meio urbano – a CONTAG ampliou significativamente o número de seus associados face à conduta dos dirigentes desta agremiação.

Constata-se, assim, que, em sua análise sobre a CONTAG, o autor destaca seu potencial representativo, minimizando as imposições do enquadramento sindical e a ingerência do aparato coercitivo na atuação da agremiação. Moacir Palmeira ressalta a importância de se averiguar as continuidades de práticas adotadas pelo PCB e por setores da Igreja no campo no período pré-golpe de 1964 com muitas das ações engendradas pela CONTAG durante a ditadura militar, valorizando, assim, a experiência vivenciada por muitos dirigentes sindicais que não foram afastados após o golpe⁴.

O estudo de Rudá Ricci (1999) igualmente contesta os aspectos da legislação sindical como único fator explicativo para as ações perpetradas pela CONTAG, averiguando as distintas apropriações da estrutura corporativista vigente feitas pelos dirigentes desta agremiação. O autor aproxima-se das reflexões de Moacir Palmeira acima mencionadas ao afirmar que há uma linha de continuidade entre as práticas empreendidas pelo PCB e por setores da Igreja no início dos anos de 1960 e as ações da CONTAG ao longo da ditadura militar. Segundo Ricci, organizações de trabalhadores rurais ligadas à Igreja preconizavam a unidade de suas ações em vista do combate ao

⁴Vale ressaltar que alguns sindicatos e federações ligados ao setor mais conservador da Igreja foram poupados da intervenção governamental, auxiliando na sobrevivência e na retomada da estrutura sindical dos trabalhadores rurais.

comunismo, bem como valorizavam a realização de trabalhos assistenciais junto aos trabalhadores. As agremiações vinculadas ao PCB, por sua vez, enfatizavam a importância do papel do Estado para engendrar reformas em prol do desenvolvimento de um projeto nacional-burguês. Neste sentido, posicionamentos da CONTAG comumente relacionados estritamente ao seu enquadramento legal – como a defesa da unicidade sindical, o assistencialismo e o encaminhamento institucional para o atendimento de suas demandas – correspondiam a práticas de representação anteriores ao golpe, constituindo no que o autor denomina de uma *cultura sindical*⁵.

O autor enfatiza em sua análise a trajetória empreendida pela CONTAG entre 1979 e 1985, quando emergem novas organizações sociais no campo que criticaram as formas de representação sindical. De acordo com Ricci, a reação da CONTAG a estas críticas resultou, inicialmente, na renovação e melhor capacitação de alguns dirigentes. Porém, com o aumento das oposições sindicais, a CONTAG intensificou a verticalização de sua estrutura (a fim de assegurar a unicidade de suas ações), bem como ratificou sua posição de interlocutor dos trabalhadores rurais junto às agências estatais, valorizando o papel de negociador do dirigente sindical. Desta forma, a verticalização e conduta legalista adotada pela CONTAG não poderiam ser encaradas apenas como uma determinação estrutural, mas também como uma estratégia desta agremiação frente à disputa pela hegemonia da representação do conjunto dos trabalhadores rurais⁶.

Ricardo Tavares (1992), em sua dissertação de mestrado, também enfatiza elementos de continuidade nas ações da CONTAG entre o período pré-golpe e durante a ditadura militar. Questiona a exaltação da *renovação* da CONTAG a partir de 1968, propalada pela análise de Moacir Palmeira, afirmando que o grupo que assumiu a Confederação neste momento era, em boa parte, proveniente do trabalho da Igreja e de agências norte americanas presentes no campo desde inícios da década de 1960. Ademais, para além da continuidade, o autor enfatiza rupturas significativas, como a

⁵Regina Novaes elenca três outros aspectos presentes nesta cultura sindical da CONTAG, quais sejam: a prudência no encaminhamento das reivindicações; certo personalismo dos presidentes dos sindicatos, que acumulavam distintas funções; e clientelismo exercido pelos dirigentes que administravam as verbas dos sindicatos. (NOVAES, 1991).

⁶Conforme ressalta o autor: “Havia, portanto, uma vontade política dos sujeitos, e não apenas uma determinação estrutural”. (RICCI, 1985, p. 31).

repressão a greves e a mobilizações de massa no meio rural, de forma que o trabalhador, para lutar pelo seu direito, tivesse que se dirigir primordialmente ao sindicato oficial.

Portanto, alguns estudos reforçam o caráter “governista” da Confederação – determinado primordialmente pela legislação a que estava submetida – enquanto outros procuram relativizar esta subordinação. Tais análises parecem partir da premissa de separação entre o Estado e o restante da sociedade, considerando o primeiro como ente autônomo e protagonista do processo histórico, sobretudo em um contexto coercitivo como o vivido pelo Brasil entre 1964 e 1985⁷. Cabe destacar que, mesmo alguns estudos que atestam para a influência de setores da Igreja ou do PCB no interior da CONTAG, compartilham em parte desta perspectiva ao averiguar a *presença* ou *ausência* do Estado junto a esta agremiação⁸.

Neste trabalho pretende-se averiguar que, mesmo subordinada ao Ministério do Trabalho, a CONTAG engendravam suas ações e campanhas a partir de interesses de frações de classe organizadas no âmbito da sociedade civil. O enquadramento sindical por certo lhe impunha consideráveis limitações, sendo necessárias estratégias peculiares para o encaminhamento de suas demandas, o que, de forma alguma, significava a completa anulação da representação de seus associados.

Neste sentido, as reflexões de Gramsci acerca da concepção de Estado em muito podem contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. Isto porque, segundo Gramsci, o Estado não deve ser limitado ao seu aparato político-administrativo ou político-militar, mas sim, *ampliado*, levando em conta grupos da sociedade civil que o compõem ou que disputam sua inserção nele (GRAMSCI, 2003). Desta forma, as ações perpetradas por agências estatais não seriam “neutras”/“acima das classes”, nem tampouco uma transposição mecânica dos interesses da classe dominante, mas, sim frutos de pressões e contrapressões exercidas por membros da sociedade civil⁹.

⁷Poulantzas questionou esta concepção de Estado que o consagra árbitro das classes sociais, denominando-o de Estado Sujeito. Sonia Regina de Mendonça constata a predominância desta perspectiva em muitas análises a respeito das políticas públicas no Brasil. (POULANTZAS, 1985); (MENDONÇA, 2007)

⁸ Moacir Palmeira argumenta que a “ausência relativa do Estado” evitou a presença de pelegos na formação da CONTAG. Já Peter Houtzager, considerou o Estado e a Igreja como os principais “incubadores institucionais” dos trabalhadores rurais, organizando suas demandas e formando uma identidade para que pudessem lutar coletivamente. (PALMEIRA, 1985), (HOUTZAGER, 2004).

⁹Como afirma Sonia Mendonça: “O Estado não deve ser tomado nem como Sujeito, nem tão pouco como Objeto, afirmando-se como uma **condensação de relações sociais** e, justamente por isso, tem que ser

A noção de *Estado Ampliado*, então, abarca tanto a sociedade política como a sociedade civil, sendo este constituído como espaço de relações sociais em conflito. Muitos destes conflitos correspondem a disputas entre setores da sociedade civil pela hegemonia de seu projeto político-econômico (e dos valores a ele inerentes), procurando, para tanto, inserir suas demandas junto a agências da sociedade política. Desta forma, a supremacia de uma classe ou fração de classe não se limitaria à dominação de aparatos estatais, devendo ser levada também em conta a direção intelectual e moral por ela exercida sobre o restante da sociedade.

A busca pela inserção de campanhas e demandas de grupos da sociedade civil junto ao Estado (aqui entendido em sentido restrito) pode ser apreendida na medida em que este, nas sociedades capitalistas, funciona igualmente como “educador” das massas, dotando de caráter universal – e, por extensão, legítimo – costumes e visões de mundo de uma determinada fração de classe. Neste sentido, a hegemonia seria exercida, sobretudo, através do “*consentimento ativo dos governados*” uma vez naturalizada uma dada forma de pensar o real. A concepção de mundo do grupo social dirigente é “imposta”, então, para os demais grupos a partir de uma subordinação não apenas econômica, mas também cultural (GRAMSCI, 2000).

A partir das reflexões de Gramsci, pode-se melhor apreender o objeto desta pesquisa. Pretende-se averiguar que a CONTAG, enquanto instituição ligada ao aparato estatal, constituiu espaço privilegiado de disputas entre setores da sociedade civil. Isto porque a hegemonia de uma dada fração de classe junto a estas agremiações implicava numa maior participação em agências estatais, em garantias de subvenções governamentais via imposto sindical e na representação da fala oficial dos trabalhadores rurais, contribuindo substancialmente para a difusão de determinadas visões de mundo.

A fim de averiguar quais interesses da sociedade civil estavam representados na Confederação, verificou-se a composição sócio-econômica dos dirigentes que compuseram seus quadros entre 1964 e 1985. Neste período, 111 dirigentes ocuparam cargos na CONTAG, distribuídos entre a diretoria executiva, o conselho fiscal e suas

visto como atravessado pelo conjunto das relações de classe existentes na própria formação histórica, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na Sociedade em geral.”(MENDONÇA, 2007., p. 14, grifos da autora).

respectivas suplências. Foram pesquisados dados desses dirigentes¹⁰, atentando para a sua procedência regional, atividade econômica e profissional, inserção em agências estatais, articulações com distintas organizações da sociedade civil, etc. Não foram encontradas informações de 38 desses 111 dirigentes.

Analisando esses dados de forma global, constatou-se a predominância de dirigentes da região nordeste do país, embora as regiões sul e sudeste também tivessem representatividade bastante significativa, sobretudo os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná (QUADRO 1). Todavia, Pernambuco constituía o estado com maior projeção, não só pela longa permanência do pernambucano José Francisco da Silva como presidente da CONTAG, como pela importância conferida à federação dos trabalhadores rurais daquela região, a FETAPE. A FETAPE desempenhou papel fundamental na articulação de uma chapa de oposição que retirou o ex-interventor José Rotta da presidência da Confederação, bem como liderou, em fins dos anos de 1970, greves de assalariados canavieiros, que ganharam notoriedade nacional entre o movimento sindical dos trabalhadores rurais. Ademais, no contexto de abertura política, foi dada uma dimensão simbólica a esta federação, propalada como herdeira das Ligas Camponesas. Procurou-se resgatar, através de depoimentos, a memória de antigos líderes, minimizando o papel de setores da Igreja junto ao sindicalismo rural deste estado.

Outro aspecto que chama atenção consiste na pouca representação dos estados do Norte e do Centro-Oeste, o que constituiu um dos fatores explicativos para a importância das oposições sindicais e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) nestas regiões e para a pouca dimensão conferida pela Confederação à grilagem e aos conflitos rurais existentes nestas áreas ao menos até inícios dos anos de 1980.

¹⁰ Esta pesquisa foi feita em sites da Internet, dicionários biográficos e através de bibliografia sobre movimento sindical rural.

QUADRO I:

Número de dirigentes por estados do Sul	Rio Grande do Sul - 5 Santa Catarina - 4 Paraná - 5	TOTAL DIRIGENTES REGIÃO SUL: 14
Número de dirigentes por estados do Sudeste	São Paulo - 7 Rio de Janeiro - 6 Minas Gerais - 4 Espírito Santo - 0	TOTAL DIRIGENTES REGIÃO SUDESTE: 17
Número de dirigentes por estados do Norte	Tocantins- 0 Rondônia - 0 Amazonas -0 Pará- 2 Roraima -0 Amapá - 0 Acre- 0	TOTAL DIRIGENTES REGIÃO NORTE: 2
Número de dirigentes por estados do Nordeste	Bahia -3 Pernambuco-7 Ceará-5 Sergipe-4 Rio G. do Norte-4 Maranhão-2 Alagoas -3 Paraíba-2 Piauí- 2	TOTAL DIRIGENTES REGIÃO NORDESTE: 32
Número de dirigentes por estados do Centro-Oeste	Mato Grosso - 1 Mato Grosso do Sul- 1 Goiás - 3 Distrito Federal -0	TOTAL DIRIGENTES REGIÃO CENTRO OESTE: 5

Obs: não foi possível constatar a procedência regional de 3 dos 73 dirigentes com informações coletadas

Foram encontradas referências diretas de vínculo como trabalhador rural – quer como assalariado, meeiro, sitiante, posseiro ou pequeno proprietário – em apenas 22 dos 73 dirigentes com informações coletadas. Por certo, tal resultado em parte se explica pela escassez dos dados biográficos obtidos, privilegiando-se menções aos postos ocupados na estrutura sindical corporativista, seja como delegado, membro de sindicato ou de federação de trabalhadores rurais¹¹. Nota-se a longa permanência nestes cargos nas trajetórias de muitos dos dirigentes analisados, configurando-se o predomínio de uma *carreira sindical*.

Tavares (1992) ressalta a interligação entre as diferentes instâncias da estrutura sindical corporativista de modo que o destaque na liderança de um sindicato pudesse alçar a ocupação em postos na federação estadual ou mesmo na CONTAG¹². Baltazar de Sousa (2006) afirma que a perpetuação do que ele considera como uma *casta política* no interior do sindicalismo rural prejudicaria a representação dos trabalhadores. Isto porque os dirigentes estariam interessados mais nos benefícios materiais de seus cargos

¹¹ Igualmente não há referências a outro tipo de formação/ocupação profissional, com exceção do Aparecido de Souza Dias, advogado.

¹² A título de exemplificação, Tavares cita a trajetória de José Francisco da Silva que começou como delegado de um Engenho na Zona da Mata Pernambucana, se tornando presidente do STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais) de Vivência, secretário e presidente da FETAPE e, finalmente, presidente da CONTAG (TAVARES, 1992).

(salários, diárias, passagens, etc) do que na defesa das reivindicações das categorias que deveriam representar. Já Rudá Ricci (1999) ressalta que a “reprodução social” dos dirigentes rurais tratar-se-ia de uma necessidade econômica face ao processo de oligopolização da agricultura, sem que isso correspondesse, necessariamente, a um conservadorismo ou “peleguismo” dos dirigentes.

Há referências à ocupação de cargos na sociedade política nos dados de 25 dirigentes. Boa parte desses postos foi contemplada em período posterior à ditadura militar. Constata-se, portanto, que a participação na estrutura sindical corporativista auxiliou na projeção de dirigentes a cargos em agências estatais, sobretudo na esfera municipal. Muitos se tornaram vereadores, secretários de agricultura, prefeitos ou vice-prefeitos das cidades em que atuavam, tendo alguns se tornado deputados estaduais, juizes classistas ou mesmo vice-governador. Neste sentido, muitos membros da CONTAG – principalmente aqueles que ocuparam cargos com maior destaque e por mais tempo – provavelmente priorizaram, em sua trajetória profissional, a carreira sindical e/ou em agências estatais, afastando-se de suas possíveis atividades como trabalhador rural.

Outro aspecto a ser levantado consiste na articulação de alguns dirigentes com setores da Igreja Católica, sobretudo através da participação de treinamentos sindicais promovidos por organizações ligadas a esta instituição¹³. Todavia, pode-se notar distintas atuações da Igreja junto ao sindicalismo dos trabalhadores rurais em diferentes contextos políticos, a saber: no conjuntura pré-golpe de 1964, no primeiro ano de ditadura e a partir de 1968.

Conforme mencionado anteriormente, a primeira diretoria da CONTAG contou com a influência da AP e da JUC, enquanto os Círculos Operários tiveram maior inserção junto às diretorias presididas por José Rotta¹⁴. A partir de 1968, quando a chapa de José Francisco da Silva assumiu a direção da CONTAG houve, por certo, mudanças nas diretrizes da agremiação. Todavia, a Igreja Católica permaneceu influente no interior do sindicalismo dos trabalhadores rurais, ao menos até meados da década de 1970. O próprio José Francisco da Silva foi formado nos quadros do SORPE, instituição

¹³ Entre essas organizações, pode-se citar a SORPE, SAR, JUC, AP, FAG, etc.

¹⁴ Este segmento da Igreja Católica influenciou não apenas o órgão máximo dos trabalhadores rurais como também as federações e sindicatos ao menos nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco.

ligada aos Círculos Operários e que no contexto pré-golpe militar recebia recursos financeiros do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, organização da sociedade civil bastante atuante na articulação política que levou a deflagração do golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981).

Além de setores da Igreja Católica, outro ator desempenhou papel primordial na reestruturação do sindicalismo rural: agências norte-americanas instaladas em distintas regiões do país. A presença de programas e instituições norte-americanas no campo remonta aos anos de 1940 e 1950, quando foram implementados cursos de alfabetização e treinamento profissional para as populações rurais, contando, inclusive, com o apoio da Igreja Católica¹⁵.

Agências norte-americanas igualmente depreenderam esforços para orientar a formação de sindicatos da classe trabalhadora. Para tanto, foi criado, em 1961, o American Institute of Free Labor Development, conhecido no Brasil como Instituto Americano de Desenvolvimento e Sindicalismo Livre (IADESIL). O IADESIL era vinculado à American Federation of Labor Congress of Industrial Organization (AFL – CIO) e patrocinado por diversas empresas e multinacionais e contou com filiais em distintas regiões da América Latina. Entre os projetos do IADESIL no Brasil, pode-se citar a criação de cooperativas de crédito, a aplicação de serviços comunitários diversos e a elaboração de propostas habitacionais de baixo custo. Todavia, o Instituto focava suas ações para a “educação trabalhista”, cujo objetivo era formar sindicatos anticomunistas e estimular a conciliação entre patrões e empregados.

No Brasil, o IADESIL contava com o apoio do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), criado em 1963 e sediado em São Paulo. O ICT chegou a ter 80% de seus recursos financiados pelo IADESIL, sendo também influenciado pelo IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) e pelos Círculos Operários Católicos (DREIFUSS, 1981). O ICT oferecia cursos educacionais e de formação sindical, com duração de um mês, em várias regiões do país. Desses encontros, eram selecionados os que revelavam

¹⁵ Neste período, destaca-se a atuação do Escrito Técnico de Agricultura Brasileiro Americano (ETA), fruto da cooperação entre o Ministério da Agricultura e o governo dos Estados Unidos. O ETA pretendia promover o ensino agrícola mediante capacitação e assistência técnica aos trabalhadores e produtores rurais, estimulando o uso de máquinas e insumos modernos – produzidos por indústrias das principais potências mundiais – no setor produtivo agrícola do brasileiro. Sobre a atuação do ETA no país ver MENDONÇA, 2007.

¹⁵ DREIFUSS, 1981.

“maiores aptidões” para a liderança sindical para fazer um curso intensivo em São Paulo. Havia ainda outra seleção para estudo integral no Front Royal Institute, na Virgínia, Estados Unidos. Essas lideranças, ao voltarem dos Estados Unidos, deveriam atuar na organização dos trabalhadores em sindicatos.

Com a deflagração do golpe militar, os cursos promovidos pelo IADESIL ampliaram-se ainda mais. Estima-se que cerca de 30 mil sindicalistas brasileiros (rurais e urbanos) receberam ensinamentos dispensados pelo ICT entre 1963 e 1973, tendo, em 1966, mais de 200 líderes sindicais sido enviados para cursos nos Estados Unidos. Administração sindical, negociação coletiva, legislação sindical e trabalhista consistiram nas principais matérias abordadas pelos cursos do IADESIL após o golpe de 1964 (BARCELLOS, 2008).

Em relação ao meio rural, o IADESIL teve maior atuação no nordeste do país. Em cooperação com a FETAPE, o Instituto construiu três centros de treinamento neste estado – nos Municípios de Carpina, Garanhuns e Ribeirão. De acordo com Tavares (1992), a inserção de agências norte-americanas no sindicalismo rural de Pernambuco dispõe de pouquíssima documentação, a despeito da grande quantidade de cursos ministrados e da importância conferida à FETAPE junto à direção da CONTAG a partir de 1968¹⁶. Em 1965, a CONTAG solicitou ao IADESIL empréstimo para administrar despesas orçamentárias enquanto a cobrança do imposto sindical não estivesse regularizada, bem como anunciou a oferta de bolsas de estudos nos Estados Unidos para dirigentes que se destacaram em diferentes estados¹⁷. Mesmo após a vitória da chapa oposicionista na CONTAG em 1968, os cursos promovidos pelo IADESIL permaneceram, tendo o próprio presidente José Francisco da Silva participado de um treinamento nos Estados Unidos.

Vale ressaltar que setores da Igreja Católica e agências norte-americanas tiveram atuação junto aos presidentes da CONTAG que sucederam José Francisco da Silva. Aloísio Carneiro, presidente da CONTAG entre 1989 e 1992, fez cursos no México e nos Estados Unidos sobre relações trabalhistas e Francisco Urbano de Araújo Filho,

¹⁶ Fernando Barcellos aponta para a maior inserção do IADESIL junto à FETAG-RJ entre 1966 e 1973. Já Osvaldo Silva afirma que o convênio entre a Federação do Paraná e esta agência norte-americana prosseguiu no decorrer da década de 1970. BARCELLOS, 2008; SILVA, 2006.

¹⁷ Contag, *Relatório das atividades da CONTAG*, 4/1965 a 3/1966, 5fls. IN: Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações retiradas em 21 de abril de 2010.

presidente da CONTAG entre 1992 e 1997, recebeu treinamento sindical pelo Sociedade de Assistência Rural (SAR), ligada a Dom Eugênio Salles. Como já mencionado, outros dirigentes da estrutura sindical participaram de atividades promovidas pelo IADESIL na década de 1960, bem como muitos foram educados e mesmo alfabetizados por setores da Igreja Católica, permanecendo junto ao sindicalismo rural corporativista ao longo dos anos de 1970 e 1980.

Portanto, as ações engendradas pela CONTAG não se explicam apenas por seu enquadramento sindical ou pelo contexto repressor vigente. O papel desempenhado pelas agências norte-americanas não pode ser desprezado. Apesar dos cursos promovidos pelo IADESIL não abordarem diretamente as temáticas da reforma e da legislação agrária – aspectos tão caros às campanhas da CONTAG –, foram fornecidos técnicas de administração sindical e conhecimentos de legislação trabalhista que possivelmente foram utilizados nas práticas dos dirigentes que compunham os quadros da estrutura sindical dos trabalhadores rurais. Já atuação da Igreja Católica – antes e, sobretudo, após o golpe de 1964 – junto ao sindicalismo rural brasileiro seguramente influenciou nas posturas emanadas pela CONTAG, com destaque para a metodologia utilizada nos cursos de capacitação e educação sindical. Ressalva-se, porém, a mudança de orientação de setores da Igreja Católica no país, inclusive sob o apoio da CNBB, a partir de fins dos anos de 1960, explicitado através da ascensão da Teologia da Libertação¹⁸. Por fim, é importante lembrar a influência das condutas dos trabalhadores rurais de Pernambuco, sistematizadas pela FEATAPE, para uniformização e nacionalização de demandas e ações propaladas pela CONTAG.

Vale destacar, por fim, que, ao ressaltar a inserção de grupos organizados da sociedade civil junto a CONTAG, não se pretende negar o caráter de classe e coercitivo do aparato estatal, sobretudo no período da ditadura militar. Neste sentido, a repressão que se abateu sobre a classe trabalhadora e a própria Confederação é bastante elucidativa. Entretanto, reforçar apenas o caráter “governista” do sindicato máximo e oficial dos trabalhadores rurais revela-se um tanto empobrecedor, assim como negligenciar os mecanismos de convencimento operados nas organizações da sociedade civil e potencializados frente sua inscrição junto à CONTAG.

¹⁸ Sobre a atuação da Teologia da Libertação no Brasil ver Melo Sobrinho (1986) e Lowy (2000).

REFERÊNCIAS CITADAS:

Ata dos trabalhadores eleitores da eleição de 1965. 14/5/1965, 2 fls. Documento retirado do Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, em 15 de abril de 2010.

BARCELLOS, Fernando. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*: UFRRJ/ CPDA/ Dissertação de Mestrado, 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *30 anos de luta*. Brasília: CONTAG, novembro de 1993.

_____. *Relatório o as atividades da CONTAG*, 4/1965 a 3/1966, 5fls. IN: Arquivo Lyndolpho Silva, <http://www.ufrj.br/cpda/als/>, informações retiradas em 21 de abril de 2010.

DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v.1 e vl.3.

HOUTZAGER, Peter. *Os últimos cidadãos: conflitos e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

LOWY, Michael. *A guerra dos deuses; religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, Sonia. *Estado e Educação Rural no Brasil; alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / FAPERJ, 2007.

MELO SOBRINHO, Noeli Correia de. *A Igreja, a Política e a Questão Agrária no Brasil*. Seropédica: Dissertação de Mestrado CPDA, 1986.

NORA, Helenice Aparecida. *A organização sindical no Rio Grande do Sul e o surgimento do sindicato dos trabalhadores rurais de Frederico Westphalem (1960-1970)*. Passo Fundo, Dissertação de Mestrado / UPF, 2002.

NOVAES, Regina Reyes. “Continuidades e rupturas no sindicalismo rural”. IN: BOITO Jr, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PALMEIRA, Moacir. “Diversidade da luta no campo; luta camponesa e diferenciação do campesinato”. IN: PAIVA, Vanilda (org). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PINTO, Luiza Alice Conyo Guedes. *CONTAG: uma organização contraditória*. Brasília: Dissertação de Mestrado/UNB, 1978.

RICCI, Rudá. *A CONTAG no governo de transição: um ator à procura de seu texto*. São Paulo: Caderno CEDEC n. 15, 1990.

SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, Círculos Operários e Política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Anna Blume / FAPESP, 2008.

TAVARES, Ricardo. *CONTAG: da ditadura à transição – memória social e construção política do campesinato*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/IUPERJ, 1992.